



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Somos todas rainhas” (2011): tecnologia de gênero e ensino de  
história no empoderamento de mulheres negras**

**Adrielly Nascimento Cardoso Lopes**

Brasília

2017

Adrielly Nascimento Cardoso Lopes

**“Somos todas rainhas” (2011): tecnologia de gênero e ensino  
de história no empoderamento de mulheres negras**

Artigo apresentado ao Departamento de  
História do Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília  
como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharelado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Brasília  
2017

## **“Somos todas rainhas” (2011): tecnologia de gênero e ensino de história no empoderamento de mulheres negras**

Adrielly Nascimento Cardoso Lopes

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise das representações de mulheres negras difundidas na obra *Somos Todas Rainhas* (2011), uma cartilha que busca ressaltar a importância de mulheres negras africanas e afro-brasileiras que foram historicamente esquecidas e invisibilizadas no ensino de história em nossas escolas. Nessa análise, dirigida aos sentidos, significados, finalidades, importância e condições de produção de tais representações, percebemos que a cartilha funciona como uma “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1994) ao construir subjetividades fortes, por meio de uma narrativa histórica educativa, voltadas para o empoderamento de mulheres negras no combate ao racismo/sexismo.

**Palavras-chave:** representações; tecnologia de gênero; ensino de história; mulheres negras; rainhas; África.

### **Introdução**

Esse artigo é resultado de uma pesquisa sobre as representações de mulheres negras difundidas na cartilha *Somos Todas Rainhas* (2011), com o objetivo de identificar e analisar as representações de mulheres negras. Trata-se de uma pesquisa interessada no caráter pedagógico/educativo das representações históricas na formação das subjetividades e das relações étnico-raciais. De acordo com Stuart Hall,

A representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra (1997, p. 61, tradução nossa)

A partir desse conceito, compreendemos que as subjetividades e relações étnico-raciais são também formadas historicamente pelas representações construídas e difundidas em nossa sociedade por meio de uma série de práticas e discursos que necessitam ser analisados.

O tema desse artigo partiu de uma inquietação, ao observar por um longo tempo a falta de representações positivas de mulheres negras nas histórias que se ensinam em

nossas escolas e universidades (NEPOMUCENO, 2013; FRANÇOSO, 2017). Além de escolher a cartilha para dar visibilidade às mulheres negras como autoras e também como sujeitos históricos, acreditamos que é importante analisar as representações de mulheres negras que ela difunde, pois se trata de uma narrativa histórica educativa que traz outras imagens, diferentes daquelas generalizadas, estereotipadas, racistas e sexistas que predominam no imaginário social. Na análise dessas representações buscamos não só os sentidos, significados e importâncias das características e modos de atuação das mulheres negras no passado, mas também a exposição e esclarecimento de suas condições de produção, atentando para a relação dessas representações com a vontade de formação de subjetividades e relações étnico-raciais e de gênero que rompam com a violência do racismo e sexismo que aflige as mulheres negras no tempo presente.

Nessa perspectiva, compreendemos a cartilha como uma “tecnologia de gênero” na medida em que constrói e difunde representações de gênero. Segundo Lauretis,

o termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (1994, p. 210).

O feminino/masculino é assim concebido como uma construção histórica e cultural, enquanto produto e processo de representações de gênero que circulam por meio de dispositivos ou “tecnologias sociais” (como a mídia, o cinema, a escola, a ciência, a arte, dentre outros artefatos culturais) que constituem um “conjunto de estratégias sociais e de biotecnologias de poder que produzem corpos sexuais significando-os enquanto sexo social” (NAVARRO-SWAIN, 2012). Nesse sentido, somos interpelados pelo gênero, uma vez que a interpelação é “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220). Assim, é possível afirmar que as mesmas tecnologias sociais responsáveis por “produzir, promover e implantar representações de gênero” (Idem, p. 228) podem também propor a sua desconstrução e, conseqüentemente, a reconstrução de modos de representar as mulheres negras a partir de outros termos e interesses.

## Condições de produção e importância histórica/educativa

*Somos Todas Rainhas* é uma cartilha publicada em 2011, de modo gratuito e *online*, disponível para *download* na internet<sup>1</sup>, com o objetivo de conscientizar e informar as jovens mulheres negras sobre o protagonismo histórico de personagens femininas negras que exerceram papel ativo e importante na África e no Brasil. Trata-se de um projeto coordenado e realizado pela Articulação Política de Juventudes Negras e pela Associação Frida Kahlo.

A Articulação Política de Juventudes Negras<sup>2</sup>, que tem sua sede em São Paulo, possui o intuito de discutir políticas inclusivas que versem sobre todas as perspectivas de atuação das juventudes negras brasileiras. De acordo com o Blog do grupo, trata-se de um

grupo de articulação política apartidário, sem fins lucrativos, autônomo e diverso com o objetivo de garantir o desenvolvimento, formação e informação, transformação e construção coletiva, o intercâmbio, a mobilização e, principalmente a efetivação do protagonismo juvenil negro nas ações e políticas relacionadas com este segmento, gerando uma participação política ativa nos vários espaços da sociedade e pensando em instrumentos para concretizar políticas públicas quando estas não existirem<sup>3</sup>.

Este grupo promove os direitos humanos da juventude negra através de ações como: apoio a cursinhos alternativos, busca pelo acesso, permanência e sucesso nas universidades públicas; apoio à descriminalização do aborto, reconhecimento da diversidade sexual de travestis, transexuais e transgêneros, atividades contra todas as formas de discriminação de gênero; combate à violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; combate à repressão policial e o genocídio da juventude negra; fortalecimento da cultura negra e do empreendedorismo juvenil, possibilitando o surgimento de empresários/as negros/as<sup>4</sup>. Nos anos de 2012 e 2013 a Articulação realizou encontros com militantes de diferentes regiões do país, para discutir questões sobre direitos humanos, étnico-raciais e juventudes, visando definir coletivamente uma concepção de Observatório de Juventudes Negras, para definirem juntos uma outra forma de construção coletiva.

---

<sup>1</sup> <http://afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-1ed.pdf>

<sup>2</sup> <http://apjnbrasil.blogspot.com.br/>

<sup>3</sup> Cf. <http://apjnbrasil.blogspot.com.br/>

<sup>4</sup> Fundo Brasil de Direitos Humanos - Articulação Política de Juventudes Negras. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/articulacao-politica-de-juventudes-negras-sao-paulo/>

Já a Associação Frida Kahlo<sup>5</sup>, segundo o seu próprio site,

tem por finalidade promover, lutar e divulgar os direitos humanos a partir de uma perspectiva geracional (infância, adolescência e juventudes), feminista, de gênero, étnica – racial, antirracista e socioambiental, produzindo conhecimentos e intervenções que visam à promoção dos direitos e a melhora das condições de vida das pessoas, em especial, da população jovem, de forma igualitária e equitativa<sup>6</sup>.

Neste viés, a Associação caracteriza-se por uma intervenção social baseada na luta pela erradicação do sexismo, do racismo, da homofobia, da lesbofobia e todas as formas correlatas de opressão, visando à disseminação de debates e a consolidação de relações equânimes entre diferentes atores sociais. Ainda de acordo com o site, essa Associação,

surgiu da vontade e do interesse de jovens militantes de diferentes espaços sociais que sentiram a necessidade de criar um espaço de luta, troca e promoção de conhecimento, visando à melhora das condições de vida das pessoas, em especial, da população jovem. A diretoria da entidade é formada, em sua maioria, por pessoas de até 35 anos, isso porque acreditamos no trabalho de/para/com juventudes como uma forma importante de transformação social. (...) São integrantes da organização jovens comprometidas/os com as temáticas sociais, que demonstram capacidade de liderança e engajamento político, ocupando desde organizações comunitárias ao espaço acadêmico, entendendo a formação como elemento fundamental para a mobilidade social. Embora suas principais ações estejam concentradas nas áreas de juventude, gênero e raça, suas contribuições são para toda a sociedade brasileira, visando uma sociedade mais justa e igualitária<sup>7</sup>.

Com este propósito elaboraram a cartilha *Somos Todas Rainhas*<sup>8</sup> dentro do projeto “As mulheres negras têm história e as jovens negras estão aqui para contar – Parte 1” (VAI e Brazil Foundation), nos anos de 2009 e 2010. Essa Associação, fundada por jovens militantes, já produziu, organizou, apoiou e auxiliou diversos trabalhos e eventos sociais. Além da pesquisa e elaboração dessa cartilha, prestou consultoria no

---

<sup>5</sup> <http://www.afrika.org.br/>

<sup>6</sup> <http://www.afrika.org.br/2016/a-afrika/nossa-missao/>

<sup>7</sup> Cf. <http://www.afrika.org.br/2016/a-afrika/nossos-passos/>

<sup>8</sup> Esse projeto conta com a parceria de órgãos como a Brazil Foundation, W.K. Kellogg Foundation, Prefeitura de São Paulo e a CONE – Coordenadoria dos Assuntos da População Negra. A Brazil Foundation é uma fundação que mobiliza recursos para ideias e ações que transformam o Brasil. A W.K. Kellogg é também uma fundação voltada para crianças vulneráveis, visando a melhora de seus potenciais na escola, no trabalho e na vida. A CONE - Coordenadoria dos Assuntos da População Negra está envolvida em todas as políticas públicas que são voltadas para a população negra. Como visto, as parcerias presentes neste projeto possuem grande influência em sua produção, sendo a garantia de uma colaboração mais ativa, maior eficácia do projeto e legitimidade do mesmo.

CD-ROM “Mulheres Jovens e Direitos Humanos”; elaborou o sumário da pesquisa “Mulheres e Homens Jovens Dialogando Sobre Co-responsabilidade e Sexualidade”; participou da organização do I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas; apoiou a Associação Mulheres de Odun na realização do curso “Produção Intelectual de Mulheres Negras” e criou o Centro Cultural AFRIKA, a Biblioteca Comunitária de Nzinga, Aqualtune a Marisa Dandara e o Núcleo de Formação Cultural<sup>9</sup>.

O CD-ROM Mulheres Jovens e Direitos Humanos, produzido em 2007 e 2008, foi uma iniciativa das Jovens Feministas de São Paulo em parceria com a Associação Frida Kahlo e apoio da UNIFEM e UNFPA, em que estas fornecem textos e sugestões de oficinas sobre feminismos, juventudes, direitos sexuais e reprodutivos e de combate ao racismo, sexismo, adultocentrismo e lesbofobia para jovens interessadas no tema.

A Pesquisa Mulheres e Homens Jovens Dialogando sobre Co-responsabilidade, realizada de 2008 a 2011, foi também desenvolvida em parceria com as Jovens Feministas de São Paulo e Unfpa (Fundo de População das Nações Unidas). Em 2010, promoveu-se Rodas de Conversa sobre Sexualidade e Co-responsabilidade, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Pinhais (Curitiba) para divulgar os resultados da pesquisa e para promover o diálogo entre os participantes do evento. O I Encontro Nacional de Jovens Feministas, no Ceará, em março de 2008, reuniu jovens mulheres feministas (negras, lésbicas, sindicalistas, rurais, candomblecistas e universitárias) com o intuito de discutir e tentar consolidar uma articulação de jovens mulheres em torno de diversas pautas e reivindicações políticas que corroboram com a perspectiva emancipatória das mulheres e que tentam visibilizar as especificidades das mulheres dentro dos movimentos feministas.

O curso "Produção Intelectual de Mulheres Negras – Trajetórias das Mulheres Negras no Brasil", organizado pela Associação Mulheres de Odun (AMO) em 2010 e 2011, foi realizado no âmbito das ações do Prêmio Lélia Gonzalez. Tratava-se das produções autorais de mulheres negras em vários períodos da história brasileira, relacionando-as com a trajetória geral das mulheres no Brasil. Tal curso contou com o apoio da Associação Frida Kahlo.

*Somos Todas Rainhas* foi inspirada por uma outra cartilha intitulada “Mulher Negra Tem História”, feita pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista em 1987 e organizada por Alzira Rufino, Nilza Iraci e pela Maria Rosa Pereira, todas

---

<sup>9</sup> <http://www.afrika.org.br/2016/a-afrika/nossos-passos/>

feministas. Com a produção do CD-ROM Mulheres Jovens e Direitos Humanos, citado anteriormente, surgiu a ideia do projeto “As Mulheres Negras Têm História e As Jovens Negras Estão Aqui Para Contar”, também citado anteriormente. Foi a partir desse projeto que surgiu a cartilha, na união da Associação Frida Kahlo com a Articulação Política de Juventudes Negras, com a autoria de Giselle Cristina dos Anjos Santos, historiadora e feminista que reproduziu seus conhecimentos históricos na escrita dessa cartilha, a Associação afirma que

Sua contribuição ofereceu maior qualidade a esta iniciativa, mudando totalmente, o caminho que pretendíamos seguir inicialmente nesse processo de resgate histórico contextualizado, de algumas mulheres negras africanas e afro-brasileiras. Quando pensamos como fazer, quem destacar e como realizar, Giselle foi fundamental para definirmos um caminho. Nesse caso, o nosso norte foi priorizar os períodos de transição da história mundial, de muita dor, sofrimento, mas também, de muitas lutas de resistência e algumas conquistas. Uma parceria maravilhosa que resultou nesse lindo e prazeroso trabalho, com o nosso olhar e a nossa “cara” Somos Todas Rainhas!<sup>10</sup>

Da mesma forma que o CD-ROM “Mulheres Jovens e Direitos Humanos” a cartilha foi produzida com o objetivo de fornecer às jovens atuantes do movimento social e interessadas, informações a respeito dos temas direitos humanos, juventudes, raça/etnia, feminismos e gênero. Nesse sentido, a cartilha apresenta o objetivo de

(...) trazer a história de grandes guerreiras Africanas e Brasileiras afim de elevar a autoestima das mulheres que são constantemente esquecidas nas salas de aula de nossas escolas e dos meios de comunicação de massa. Somos todas rainhas (...) esta é a primeira mensagem que desejamos passar para todas as mulheres negras, especialmente, as jovens que têm pouco acesso à informação sobre a contribuição histórica das mulheres negras na sociedade brasileira. A coleção História das Mulheres Negras: Passado, Presente e Futuro possui o objetivo de resgatar, valorizar e divulgar o papel e a importância das mulheres negras na sociedade brasileira, nas Américas e no mundo, pois sua contribuição histórica foi negada na história oficial do Brasil durante anos<sup>11</sup>.

Percebemos essa iniciativa em sintonia com as demandas educacionais do movimento negro e de feministas negras no Brasil. Assim, o site de apresentação da cartilha evidencia a importância da aplicação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, no Brasil.

---

<sup>10</sup> <http://www.afrika.org.br/2016/somos-todas-rainha/>

<sup>11</sup> Chindalena Ferreira Barbosa in <http://www.afrika.org.br/2016/somos-todas-rainha/>



Diante da realidade vista em livros didáticos e em salas de aula, é possível afirmar que só a presença dessa lei não basta, já que nenhuma medida legal é suficiente para mudar a realidade do racismo no Brasil, sem que haja outros suportes educativos. Há um forte preconceito e ignorância sobre a vida social e a história dos/as negros/as no Brasil, que vem, sobretudo, de uma vontade de dominá-los, escravizá-los, colonizá-los e subjugar-los aos desígnios de uma “civilização” racista, sexista, capitalista e eurocêntrica. A negação da história da África está nitidamente associada às formas de controle social e dominação racial, com a intenção de construir uma nação brasileira onde a ancestralidade e heranças culturais africanas e indígenas são negadas e apagadas, privilegiando apenas a história e cultura cristã europeia ocidental.

Com essa Lei, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os afro-descendentes sejam considerados como sujeitos históricos, valorizando-se também o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros/as brasileiros/as.

Sobre a implementação dessa Lei, Anderson Oliva afirma que se trata de uma

Medida justa e tardia, e ao mesmo tempo difícil de ser implementada. Isso por um motivo prático: muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. Os alunos passam assim, a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações. Portanto, seria justo perguntar: como a História da África é ensinada em nossas escolas? (2003, p. 428).

Nos últimos anos, os livros didáticos vêm tentando incorporar as exigências da Lei 10.639/03. Contudo, sabendo que essa adaptação não é suficiente e problemática, acredita-se que uma das soluções seria recorrer às produções artísticas, cinematográficas, literárias, paradidáticas, dentre outras de movimentos sociais como recursos didáticos e, principalmente, estimular aos professores que estudem, procurem leituras específicas e, sempre que possível, capacitem-se em cursos e em discussões acadêmicas para o ensino.

Nesse aspecto, Luciano Magela Roza nos mostra que

(...) Outra reflexão relevante está relacionada à utilização da história do pós-abolição como meio didático voltado para a luta antirracismo e

para o ensino-aprendizagem de valores relacionados à educação das relações étnico-raciais. Na totalidade das coleções didáticas foi verificado esse tipo de tratamento, especialmente por meio das atividades propostas, o que evidencia a posição socialmente atribuída ao ensino de história e que contribuem para defesa acerca do lugar da história escolar no currículo da educação básica, como disciplina responsável pela discussão em espaço escolar de aspectos socialmente relevantes, atualmente, na sociedade brasileira, não se limitando à transmissão de informações sobre o passado a serem memorizadas e decoradas pelos estudantes, o que em termos de ampliação e ressignificação curricular é significativo (2017, p. 30).

Com isso, podemos afirmar que as limitações existentes nas representações históricas, até mesmo no silêncio sobre personagens negros/as nos livros didáticos, refletem fortemente o racismo epistêmico ainda dominante no conhecimento histórico escolar. Haja vista uma série de representações estereotipadas dos/as negros/as em situação social inferior à do/as brancos/as, em um enfoque racista que trata com desprezo os/as negros/as na história, perpetuando o preconceito através do ensino de história no Brasil.

Diante disso, percebemos que a cartilha *Somos Todas Rainhas* pode auxiliar fortemente na educação das relações étnico-raciais e gênero no Brasil, na tentativa de mostrar que é fundamental tratar do protagonismo desses grupos em diversos momentos da história, representando-os como seres humanos que criaram laços familiares, produtos culturais e que têm trajetórias históricas próprias e singulares. Trata-se de uma cartilha, portanto, elaborada no seio dos próprios movimentos de mulheres negras e que conta com a autoria de uma mulher negra, produzida a partir de outra perspectiva histórica, diferente daquela presente em boa parte dos livros didáticos aprovados nas últimas décadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil.

A cartilha reforça que os/as africanos/as produziam de mão-de-obra escrava, e enfatiza ao falar dos primeiros homo sapiens africanos que saíram a povoar o mundo. Seu objetivo é desconstruir visões estereotipadas sobre africanos e afro-brasileiros, especialmente mulheres, e mostrar a importância deles e delas enquanto sujeitos históricos singulares. Dessa forma, a cartilha rompe com a lógica sexista e racista do conhecimento histórico escolar que nega às mulheres negras o protagonismo político na história, pois historicamente nossa sociedade associou essas mulheres ao trabalho doméstico e à hipersexualidade, o que explicar a pouca presença feminina negra em ofícios políticos nos dias de hoje. Observando a história da participação política feminina no Brasil, para se discutir a lógica sexista/racista que predomina nas

instituições, é possível notar que é muito difícil para uma mulher negra desempenhar cargos políticos ou por nomeação, porque essa ainda é uma atividade considerada de caráter predominantemente masculino/branco, e isso pode se aplicar a outras áreas de trabalho.

É preciso que haja uma rede de pensadores/as e professores/as que trabalhem na desconstrução de representações racistas e sexistas cotidianamente nas salas de aula, nas produções midiáticas, literárias e em suas pesquisas, e esta é a principal contribuição que a cartilha pode trazer para a sociedade e para adolescentes enquanto seres em processo de formação de identidade, pensamentos e ideias; levando em consideração que nossa memória histórica constrói nossas percepções sobre nós mesmos e sobre os outros no tempo presente. *Somos Todas Rainhas* se constitui assim como um importante instrumento e recurso didático para a desconstrução de estereótipos das mulheres negras na história, auxiliando no reconhecimento e empoderamento das mulheres negras, pois com ela podemos aprender de forma didática sobre as inúmeras lutas e contribuições vindas de mulheres africanas e afro-brasileiras, estimulando possivelmente mais pesquisas e estudos sobre estes temas.

### **Estrutura, objetivos e conteúdos**

Tendo como prioridade difundir a história das mulheres negras, especialmente das que foram “rainhas”, a cartilha nos fala do papel e da importância de sete rainhas africanas: Cleópatra, Nzinga, Taitu, Aqualtune, Na Agontimé, Teresa do Quariterê, e Luiza Mahin. Trata-se de personagens cujas identidades e contribuições históricas foram negadas, invisibilizadas e estigmatizadas na história oficial e na sociedade brasileira, durante anos.

A cartilha se apresenta em formato digital (PDF), podendo ser acessada facilmente em qualquer computador. Contém 36 páginas coloridas, contando com uma capa, contracapa, índice, apresentação, conteúdo principal, agradecimentos e uma bibliografia composta por obras como: “Rainhas, espiãs e soldados: a história das mulheres etíopes nas atividades militares” um artigo de Tseday Alehegn (2010); o *Dicionário mulheres do Brasil* de Maria Aparecida Schumacher e Erico Teixeira Vital Brazil (2000); e um dicionário que conta a história de mulheres importantes como Abigail Andrade, Zuzu Angel, Bertha Lutz, Clarice Lispector, Escrava Anastácia,

Princesa Leopoldina e outras mulheres que até então não tem seus direitos e lutas reconhecidos na história. Outra obra que serviu de referência foi *Rainhas Guerreiras Africanas* de John Henrik Clarke (1984).

A cartilha apresenta uma linguagem simples e didática, pois é voltada para as jovens e adolescentes, buscando trazer curiosidades, questionamentos, questões sociais e informações importantes sobre a história da África, além de uma introdução sobre sociedades africanas, tratando com certa profundidade estes conteúdos.

A ilustração de *Somos Todas Rainhas* é composta de tons terrosos (amarelo, bege, marrom, laranja e mostarda) que são comumente associados à África, devido a seus desertos e paisagens mais secas, como se percebe em obras que objetivam representar ideais, cenários e lendas de origem africana. Contêm também inúmeras ilustrações de flores, mapas da África do Sul e fotos de colaboradoras, rainhas e mulheres negras que contribuíram fortemente na sociedade. A cartilha segue o formato que remete aos livros de histórias infanto-juvenis conhecidos popularmente, contendo, além de uma linguagem didática já mencionada, fotos e quadros bastante ilustrativos e claros, que fortalecem ainda mais a ideia de uma obra educativa, destinada a jovens.

Imagem: Índice da obra *Somos todas rainhas* (2011)

Apresentação	04
Um pouco de nossa história	06
[box] Você sabe o que é racismo?	06
Sociedades Africanas e as Mulheres Africanas	08
[box] A história do mundo começa na África	08
Vamos conhecer algumas rainhas africanas?	09
[box] Etnias	09
[box] História do Egito	11
Nossas sete rainhas guerreiras	12
Quais foram as rainhas africanas que cruzaram o Atlântico em destino ao Brasil?	14
[box] Mapa dos Quilombos	16
[box] Quilombo dos Palmares	18
[box] Trono do Reino do Dahomé no Brasil	20
[box] O poder das Mulheres no Candomblé	21
[box] Ganhadeiras	22
[box] Baobá - árvore do conhecimento	23
Nossos passos vem de longe...	24
Agradecimentos	28
Bibliografia	31

Fonte: Santos (2011).

O índice é dividido por capítulos curtos e por boxes de informação, que se encontram dentro de cada um desses capítulos. A apresentação possui o intuito de expor

as intenções do projeto e a inspiração para sua produção. Fala ainda sobre a contribuição e importância da autora Giselle Cristina na produção da obra. Trata-se de uma obra organizada por Chindalena Ferreira Barbosa, presidenta da Associação Frida Kahlo.

No capítulo intitulado “Um pouco de nossa história” encontram-se questionamentos como em toda a cartilha, porém com um contexto histórico mais enfatizado, chamando atenção para o significado da história, mais precisamente da história das mulheres negras. No Box intitulado “Você sabe o que é racismo?” são definidos os conceitos de racismo e sexismo de forma clara e objetiva para que o leitor ou leitora saibam não só o que estes termos significam, mas também como reconhecê-los em nossa sociedade. O capítulo “Sociedades Africanas e as Mulheres Africanas” busca “desmistificar” a superioridade do homem em relação à mulher, mostrando que na África as mulheres puderam também governar nações com inquestionável autoridade. Já o box “A história do mundo começa na África” traz uma informação que é pouco conhecida e comentada na sociedade contemporânea, mostrando que os Homo Sapiens surgiram no continente africano e que no processo de adaptação aos novos ambientes ocorreram alterações genéticas de determinados grupos.

No capítulo “Vamos conhecer algumas rainhas africanas?” aparecem algumas rainhas africanas que governaram nações, reinaram sobre terras e tiveram intensa resistência e liderança. A terceira aparição de um box na obra refere-se a Etnias, em que são expostos os países africanos que contribuíram com suas etnias para a formação do Brasil. Já em História do Egito, aborda sobre a importância da “civilização” egípcia e a negação da mesma pela historiografia produzida pelos europeus. Além disso, a obra afirma a presença da população negra na história do Egito. Em “Nossas sete rainhas guerreiras”, o box dedica-se à história de Cleópatra, Nzinga e Taitu, de forma individual, porém ligadas pelos mesmos elementos evidentes: a força, a garra e a resistência das guerreiras negras.

O capítulo “Quais foram as rainhas africanas que cruzaram o Atlântico em destino ao Brasil?” retrata o que foi a escravidão nas Américas e traz informações importantes sobre esse período que não são repassados na sala de aula, como o fato da acumulação de recursos gerados por meio do sistema escravista moderno ter sido primordial para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista no mundo; além de menções às formas de resistência ao sistema escravista como o suicídio, o aborto, infanticídio, fugas e criação de quilombos. A obra ressalta ainda que as mulheres

sempre desempenharam papéis fundamentais na missão de construção e resistência dos quilombos. Esse capítulo se encerra contando a história da Princesa Aqualtune, por meio de alguns boxes que aprofundam os assuntos que merecem maior atenção no aprendizado da vida das rainhas destacadas. O box “Mapa dos Quilombos” mostra em que lugares do Brasil estavam localizados os quilombos, os grandes, a área dos Palmares, as povoações remanescentes de quilombos, onde aconteceram as insurreições e suas datas de início e destruição. Além de algumas importantes informações sobre o Navio Negreiro e Zumbi dos Palmares. Em “Quilombo dos Palmares” o box conta sobre a origem de tal quilombo, o motivo de sua construção, enfatizando que Aqualtune e Acotirene comandaram dois dos quilombos menores, que junto a outros formavam o Quilombo dos Palmares. Relata também como ocorreram os conflitos e a grande resistência à escravidão no Brasil. O box “Trono do Reino Dahomé no Brasil” apresenta uma imagem do trono e conta como ocorreu o envio do mesmo para o Dom João VI, Príncipe Regente de Portugal. Já o box “O poder das mulheres no Candomblé” relata sobre os candomblés mais antigos e o fato de terem sido fundados por mulheres, tendo em vista que o mesmo se formou em várias partes do Brasil, ressaltando a importância das mulheres e suas funções no Candomblé. No que se refere à função de levar conhecimento histórico para os leitores, o box “Ganhadeiras” se encarrega disso, podendo ser caracterizado como curiosidade acerca da história das mulheres negras, ao trata da história das ganhadeiras, dando ênfase à negra liberta Eva Maria. No capítulo “Baobá – árvore do conhecimento” há uma narrativa sobre a árvore homônima que era utilizada como forma de “esquecimento” dos africanos escravizados, a fim de fazer com que esquecessem tudo aquilo que aprenderam e viveram anteriormente. Já o capítulo “Nossos passos vêm de longe...” tem um formato e linguagem diferentes do restante da cartilha, onde cada personalidade negra se apresenta ao leitor e diz o que fez de mais importante em sua história<sup>12</sup>.

Um dos pontos-chaves da cartilha é a desconstrução de estereótipos voltados à Cleópatra, uma das rainhas mais conhecidas do território africano, que “assumiu distintas estratégias políticas para a defesa da soberania de seu povo e preferiu se suicidar quando perdeu o controle” (SANTOS, 2011, p. 14). Cita-se o fato de que alguns estudiosos afirmam que ela era branca, enquanto Cheikh Anta Diop, afirma que

---

<sup>12</sup> Os agradecimentos da cartilha são também uma homenagem às mulheres que estiveram no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu em 2005, em São Paulo. Finalizando com a frase “Nossos passos vêm de longe...”

ela era negra. Esse autor foi um historiador, filósofo, antropólogo e político senegalês, o principal responsável por trazer a discussão da origem da raça e da “civilização” egípcias. Em seu livro *Nations nègres et culture: De l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui* (1955), ele argumenta com base em diversos textos antigos, obras de arte egípcias de diversos períodos, análises comparativas, argumentos linguísticos, estudos históricos e antropológicos sobre o povoamento da África a partir do vale do Nilo. Essa discussão permite afirmar a negritude do povo egípcio. Diop (1955) chegou a investigar o estabelecimento das primeiras comunidades humanas ao redor do vale do Nilo e seu desenvolvimento até a formação da sociedade egípcia. Sua conclusão fundamental é que, mesmo com discordância em algumas datações e na localização precisa do povoamento humano de certas épocas, o alto grau de convergência dos estudos prova que a base da população egípcia do período pré-dinástico era negra. Os estudos realizados por esse autor possuem a tentativa de “derribar”, portanto, o racismo científico ao provar que o Egito Antigo era uma “civilização” negra. Porém esse “modelo comum” de que a população do Egito antigo era branca, e que o autor tenta desmitificar, vem de uma visão racista que se perpetuou na própria narrativa historiográfica e nas mídias, se colocando como verdade com o passar do tempo. Nessa perspectiva, conclui-se que é de suma importância empreender a revisão histórica e a desconstrução de imagens forjadas cientificamente e midiaticamente pelo colonialismo e imperialismo branco/eurocêntrico, no que diz à Cleópatra e a todos os povos africanos e afro-descendentes.

A cartilha ressalta ainda que na África o ‘lugar’ das mulheres não era apenas com sua família e que elas frequentemente governaram nações com inquestionável autoridade. Muitas mulheres africanas foram excelentes militares e tiveram ocasiões em que lideraram e conduziram exércitos em batalhas. A autora da cartilha busca, assim, promover questionamentos em alguns momentos, colocando temas do presente em discussão ao levantar questões que demandam posicionamentos sociais e políticos. No entanto, ela oferece um embasamento para as argumentações, o foco das discussões, diversificando sempre a sua abordagem histórica. A autora problematiza ainda a forma como a história da África e das mulheres negras é contada, dialogando com o/a leitor/a por meio de uma série de indagações. Além disso, indaga sobre racismo e sexismo, temas polêmicos e bastante discutidos atualmente. Para isso explica detalhadamente o seu conceito, e ao final apresenta a seguinte pergunta: “Você conhece pessoas sexistas ou racistas?” (SANTOS, 2011, p. 06). Tal questionamento pode ser interpretado como

uma forma de incentivar as jovens e adolescentes a reconhecer e denunciar essas duas vertentes de preconceito que afligem as mulheres negras. Quanto aos questionamentos lançados à história, destacamos os seguintes:

Você já parou para pensar no significado da história em nossa sociedade? Será que a história significa apenas lembrar fatos do passado sem importância concreta para os dias de hoje? Como diz o provérbio africano: “Enquanto os leões não começarem a escrever sua própria história, a história continuará a ser a história dos caçadores”. O que você pensa sobre isso? (SANTOS, 2011, p.06)

(...) Quem contou a história do povo negro? Quem contou a história das mulheres? Sobretudo, quem contou a história das mulheres negras? (SANTOS, 2011, p.06)

(...) O que você conhece sobre a história das mulheres negras no Brasil? Você sabia que desde o início da escravidão as mulheres negras estavam tanto inseridas nos espaços privados exercendo trabalhos domésticos, como nos espaços públicos exercendo trabalhos braçais na agricultura, mineração e no comércio, assim como os homens? (SANTOS, 2011, p.06)

Tais questionamentos, lançados aos/às leitoras/es, estimulam o debate e um posicionamento crítico em relação à própria história, a fim de não apenas checar sua veracidade, mas compreender sua relevância no tempo presente e posicionar-se diante do tema. Tais questionamentos apontam para uma perspectiva crítica em relação à própria forma de escrita da história das mulheres negras. A historiadora Joan Scott (1995) já havia chamado atenção para o fato de que a história das mulheres não tem a função de simplesmente complementar uma história geral, conferindo visibilidade às mulheres, mas para que essa história das mulheres sirva a um propósito político deve também promover questionamentos sobre a epistemologia e as formas dominantes de escrita da história que, a partir de um olhar androcêntrico, inferiorizam ou naturalizam os comportamentos das mulheres na história.

Estes questionamentos também são compartilhados por teóricas e feministas negras na academia, como Hazel Carby (2012) que discute o modo como a escrita da história das mulheres apagou e ignorou a especificidade das mulheres negras, ao tratar das mulheres como grupo homogêneo, tomando como referência universal a experiência de mulheres brancas. Como bem disse a autora,

La experiencia de las mujeres negras no entra en los parámetros del paralelismo. La principal razón para no emplear paralelismos es el hecho de que las mujeres negras están sujetas simultáneamente a las opresiones del patriarcado, la clase y la «raza», lo que hace que su posición y su experiencia no sólo resulten marginales, sino también



invisibles(...) No podemos señalar una única fuente de nuestra opresión. Si las feministas blancas enfatizan únicamente el patriarcado, nosotras queremos redefinir el término y hacer el concepto aún más complejo (CARBY, 2012, p. 211).

Não por acaso, a cartilha coloca três importantes questionamentos sobre quem escreveu a história das mulheres, dos negros e das mulheres negras, chamando atenção para o modo como a escrita da história esteve marcada pelo racismo e sexismo, pelo olhar daqueles que detém o controle e monopólio da produção de conhecimentos históricos sobre tais sujeitos. Trata-se de uma perspectiva fundamental que rompe com a ideia de história única e com o caráter inquestionável e verdadeiro da história.

### **Sentidos e significados do ser “rainha”**

Na cartilha predomina a representação das mulheres negras como “rainhas”. Trata-se de uma característica não só de mulheres que governaram de fato um reino, mas também daquelas que se destacaram em sua trajetória, que lutaram arduamente para ter uma vida melhor e viver em um ambiente de paz. Como exemplo disso, ao falar sobre Luíza Mahin, a autora afirma:

Não existem fontes históricas que comprovem sua linhagem real, mas de qualquer forma, essa guerreira, tendo ou não título de rainha, fez parte do reino de luta pela liberdade e dignidade, assim como tantas outras mulheres negras anônimas, que lutaram pela liberdade de seu povo até o final da escravidão no Brasil em 1888, a última abolição do continente americano (SANTOS, 2011, p. 23).

De acordo com o enredo da cartilha, ser “rainha” também compreende as mulheres negras que estavam, e ainda estão tanto nos espaços privados exercendo trabalhos domésticos, como nos espaços públicos resistindo à exploração/opressão e exercendo trabalhos braçais na agricultura, mineração e no comércio, assim como os homens. Como bem diz a cartilha,

Somos todas rainhas. Esta é a primeira mensagem que desejamos passar para todas as mulheres negras, especialmente, as jovens que têm pouco acesso à informação sobre a contribuição histórica das mulheres negras na sociedade brasileira (SANTOS, 2011, p. 04).

(...)

A coleção História das Mulheres Negras: Passado, Presente e Futuro possui o objetivo de resgatar, valorizar e divulgar o papel e a importância das mulheres negras na sociedade brasileira, nas Américas e no mundo, pois sua contribuição histórica foi negada na história oficial do Brasil durante anos (SANTOS, 2011, p. 04).

(...)

Nesse caso, o nosso norte foi priorizar os períodos de transição da história mundial, de muita dor, sofrimento, mas também, de muitas lutas de resistência e algumas conquistas (SANTOS, 2011, p. 05).

(...)

As mulheres africanas atuaram de maneira direta nas diferentes ações de resistência contra a invasão e exploração estrangeira no continente. Em diferentes momentos da história da Etiópia, as mulheres de diferentes níveis sociais, desde servas a rainhas, participaram dos exércitos, exercendo a função de combatentes, na luta pela manutenção de sua soberania (SANTOS, 2011, p. 10).

A cartilha destaca que não só as mulheres do passado puderam ser “rainhas”, mas que todas nós podemos ser rainha. Dessa forma, constrói subjetividades a partir de uma identificação das jovens mulheres negras no presente com aquelas do passado, remetendo a uma ancestralidade de orgulho e poder, que de alguma forma colabora na autoestima e empoderamento dessas jovens no tempo presente.

Dentre as inúmeras rainhas existentes, a cartilha apresenta uma viagem pela história de sete rainhas guerreiras:

CLEÓPATRA, NZINGA, AQUALTUNE, TAITU BITUL, NA AGONTIMÉ, TERESA DO QUARITERÊ e LUIZA MAHIN. Mulheres negras guerreiras, de períodos históricos e espaços geográficos distintos, que representam o passado e o presente de luta das mulheres negras. (SANTOS, 2011, p. 08)

(...)

Algumas dessas mulheres pertenciam a privilegiados espaços de poder e outras foram violentamente subjugadas. Todavia, nesta cartilha destacaremos elementos comuns e expressivos na trajetória de todas elas, pois mesmo inseridas em distintos contextos históricos, territoriais e culturais, existem elementos evidentes que as relacionam, tais como: a força, a garra e a resistência das guerreiras negras. Vamos começar? (SANTOS, 2011, p. 12)

Nesses trechos ficam evidentes os critérios usados para a escolha das personagens e sua representação como “rainha”. Mulheres negras, fortes e resistentes, que não foram necessariamente do mesmo período histórico e espaço geográfico, apenas que representassem o passado e o presente de luta das mulheres negras. Assim, a cartilha, como um todo, pretende afirmar que ser “rainha” não depende de um reino, uma coroa e muito menos de um rei. Trata-se de representações que podem desencadear processos de subjetivação que rompem com aqueles difundidos em outras “tecnologias sociais” (telenovelas, cinema, publicidade, escolas, etc.) que perpetuam ainda imagens racistas, sexistas e inferiorizantes de mulheres negras, reforçando/legitimando a opressão, a exclusão, a servidão, a violência e a subordinação de mulheres negras em

nossa sociedade. Desse modo, a cartilha atenta também para o modo como as mulheres negras foram apagadas/silenciadas da história.

A população negra sempre era denominada do mesmo modo, quer fossem mulheres ou homens, eram simplesmente nomeados de negros ou escravos no masculino, esses autores evitavam a especificação de gênero: homens ou mulheres. E, por esse motivo, é muito difícil resgatar a história das mulheres negras no Brasil, pois pautado na despersonalização do racismo e sua interação com o machismo, as mulheres negras foram invisibilizadas na história social de nosso país (SANTOS, 2011, p. 07).

As imbricações entre racismo e machismo aparecem assim como constitutivas do silêncio acerca da atuação das mulheres negras na história. Tais questionamentos estão também em sintonia com aqueles produzidos por intelectuais e feministas negras na academia que, como Hazel Carby, chamam atenção para o caráter interseccional das opressões de gênero e raça vivenciadas pelas mulheres negras. Tal perspectiva vem ganhando espaço nos estudos acadêmicos, mas ainda precisa ser incorporada no ensino de história, especialmente nos livros didáticos escolares.

Destacamos abaixo alguns enunciados reveladores dessa característica das mulheres negras enquanto “rainhas”:

(...) A primeira mulher a assumir um governo foi a RAINHA HATSHEPSUT, filha de Thothmes I. Ela foi a primeira mulher a conduzir um império na história da humanidade, cerca de 1.500 anos antes de Cristo (SANTOS, 2011, p. 09).

(...)

A Rainha De Sabá, também conhecida por Makeda ou Belquis, viveu no século X a. C., reinou sobre as terras de Sabá, Arábia e Etiópia, e exerceu uma intensa atuação diplomática (SANTOS, 2011, p. 10).

(...)

A Rainha Cleópatra foi uma das principais rainhas do Egito, ela assumiu distintas estratégias políticas para a defesa da soberania de seu povo (SANTOS, 2011, p. 12).

(...)

Com a morte de seu irmão, em 1623, Nzinga assumiu a posição de Rainha de Ndongo passando a liderar as batalhas contra os inimigos (SANTOS, 2011, p. 13).

(...)

Teresa era chamada de rainha pelos quilombolas e ela reproduziu a estrutura de um reino africano em Quariterê (SANTOS, 2011, p. 19).

(...)

A Rainha Dahia-Al Kahina, que governava a Mauritânia desde 688, resistindo à expansão islâmica no continente africano, liderou um contra-ataque feroz que expulsou o exército árabe para o norte na Tripolitânia.” (SANTOS, 2011, p. 11).

(...)

A Rainha Yaa Asantewaa liderou o povo Ashanti na guerra contra os ingleses (SANTOS, 2011, p. 11).

(...)

Duas mulheres exerceram liderança no Quilombo dos Palmares, Aqualtune e Acotirene. O quilombo do Quariterê foi comandado pela Rainha Teresa no século XVIII (SANTOS, 2011, p. 17).

(...)

Essas mulheres exerceram papéis significativos de liderança em suas comunidades, buscaram reconstruir nos quilombos a identidade que o sistema escravista tentou apagar (SANTOS, 2011, p. 17).

(...)

Ao chegar a Palmares, a linhagem real da Princesa Aqualtune foi reconhecida pelos palmarinos, ela se tornou a líder de um dos quilombos existentes em Palmares (SANTOS, 2011, p. 19).

(...)

Outra importante liderança feminina em quilombos no Brasil, foi a Rainha Teresa, que liderou o Quilombo do Quariterê em Mato-Grosso, próximo à atual fronteira com a Bolívia por duas décadas no século XVIII (SANTOS, 2011, p. 19).

(...)

E além das rainhas que lideraram quilombos nós tivemos outras rainhas africanas, que vieram para o Brasil durante o período colonial na condição de escravizadas (SANTOS, 2011, p. 19).

Cleópatra aparece ainda na obra como rainha do Egito, guerreira e como mulher negra, muito conhecida, cuja popularidade se perpetuou por assumir distintas estratégias políticas para a defesa da soberania de seu povo. Tal imagem rompe com aquela racista/sexista bastante difundida no cinema, nos portais educacionais da internet e outros artefatos culturais, como uma rainha branca, amante e audaciosa, cujo poder se baseava apenas na sexualidade e sedução dos homens (SHOHAT, 2004).

Na Agontimé é representada na obra como rainha, guerreira, e símbolo de resistência de suas raízes e culturas. Sua forma de atuação enquanto sujeito histórico se deu após ser escravizada e conseguir alforria, reconstruindo o culto aos ancestrais da família real. Luíza Mahim, por sua vez, é representada na obra como rainha, guerreira, mulher negra, princesa na África, ganhadeira, pagã, mulher bonita, geniosa e “insofrida”. Atuou em levantes escravos e lutou pela liberdade e dignidade. Assim, é possível notar a forte resistência das mulheres negras e a capacidade de resistirem às situações hostis, especialmente da escravidão no Brasil. Com isso, fica evidente e destacada associação de todas essas mulheres com a força e a resiliência.

Os enunciados acima revelam, portanto, que as rainhas se caracterizam como mulheres negras que na África (pré-colonial) e no Brasil (escravista) exerceram papéis políticos fundamentais para suas comunidades, etnias e/ou reinos, enquanto governadoras, líderes, diplomatas, estrategistas de guerra e organizadoras de quilombos, de resistências à escravidão e cultos aos ancestrais. Além disso, destaca o protagonismo

de Hatshepsut como sendo a primeira mulher a conduzir um império, ocupando o trono do império egípcio por 22 anos e tornando-se a primeira mulher Faraó do Egito. Tais imagens evidenciam uma antiga e longa tradição de mulheres negras com forte atuação política, ocupando lugares sociais de prestígio, respeito, poder e influência em sociedade. Tais imagens desafiam as concepções de gênero e raça produzidas em uma perspectiva binária, patriarcal, racista e colonialista que nega às mulheres negras tais características e espaços políticos de atuação. Na cartilha, a imagem da rainha Nzinga de Angola, por exemplo, rompe também aquelas imagens negativas e estereotipadas difundidas em narrativas do século XVII e alguns romances históricos que trataram de associá-la ao pecado, à idolatria, à maldade, ao canibalismo, à luxúria e à sedução, como uma figura diabólica, astuta, feroz e grande inimiga dos europeus, a fim de desqualificar o seu protagonismo e poder, já que se trata de uma mulher que desafiou o poder branco e masculino dos portugueses, e as políticas de expansão e evangelização dos colonizadores (WIESER, 2017, p. 35-37; PANTOJA, 2010). Como bem observou Selma Pantoja,

Para as mais recentes interpretações se tem buscado, no lado rebelde da soberana mbundu, reforçar a argumentação da “resistência” africana aos conquistadores europeus. Esta última reconstrução de trajetória tem se renovado sempre nos escritos sobre Nzinga. Seja como for, a biografia da rainha mbundu tem sido fonte inesgotável que abastece e respalda uma série de projetos identitários, no continente africano e nas Américas. (...) o lugar da rainha Nzinga na moderna Angola tem sido de muito destaque. Na região brasileira, de forma mais recente, ela é lembrada na reafirmação de identidades negras em movimentos populares e intelectuais” (2010, p. 318-324).

A cartilha traz assim uma série de representações de mulheres negras que apontam para um discurso histórico feminista negro, empoderador e engrandecedor do protagonismo histórico de mulheres negras na história que trazem concepções de gênero e raça que promovem uma ruptura com concepções de gênero e raça colonialistas e patriarcais. As personagens femininas africanas e afro-brasileiras são em sua maioria identificadas como os termos rainha, guerreira, popular, mulher negra, perspicaz, astuta, estimada, símbolo de resistência, dedicada, líder, lutou contra a escravidão, proeminente, rígida, forte e bonita. Dentre estas representações, a de rainha é a que predomina, e isso reforça a ideia da cartilha, que é mostrar que todas essas personagens foram de alguma forma rainhas mulheres de força/poder em diferentes espaços e tempos. Assim, a cartilha se apropria de tal representação e confere outros sentidos,

mais amplos, à noção comum de rainha difundida na história das monarquias ocidentais, ao identificar sob esse termo uma variedade de mulheres.

## **Conclusões**

A representação histórica de mulheres negras como rainhas, guerreiras, soberanas, dedicadas, perspicazes e líderes é fundamental na construção de uma identidade positiva com a qual outras mulheres negras possam se identificar no sentido de empoderamento, na construção de uma identidade de resistência e luta contra a dominação, pois se trata de representações que engrandecem e conferem importância política, social e cultural às mulheres negras. Trata-se de representações que rompem com aquelas que circulam em boa parte dos livros didáticos e das telenovelas brasileiras retratando as mulheres negras apenas como escravas, submissas, hipersexualizadas, pobres e trabalhadoras domésticas.

Tais representações revelam a capacidade da cartilha enquanto “tecnologia de gênero” capaz de difundir outras imagens acerca do protagonismo histórico das mulheres negras, a partir de outras referenciais, baseados em uma perspectiva de mulheres negras militantes que lutam contra o racismo/sexismo no tempo presente.

As personagens destacadas na cartilha possuem a imagem de mulheres guerreiras e virtuosas, enquanto a historiografia sobre elas não diz o mesmo, ou até mesmo não diz. E é isso que a cartilha se propõe a fazer, dar destaque a essas mulheres e mostrar ao leitor que elas existiram, lutaram, e são muito mais que símbolos de sensualidade e beleza, como é o caso da imagem amplamente difundida de Cleópatra. A cartilha conta uma história dessas mulheres sem vinculá-las à imagem de um homem, o que é corriqueiro em nossa sociedade: a imagem e história de mulheres dependentes e sempre associadas ao poder dos homens.

As representações difundidas pela cartilha revelam o papel desempenhado pelas mulheres negras em diversos espaços, principalmente nas lutas organizadas contra a escravidão, incluindo as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos. Mostrar esse lado da história permite visualizar a destreza e participação ativa dessas mulheres, e também a reação delas à suposta docilidade e submissão dos/as negros/as ao sistema escravista e patriarcal. As representações presentes na obra possuem assim grande importância e força na constituição de uma memória histórica favorável ao

reconhecimento e construção de outras subjetividades para as mulheres negras no Brasil. A cartilha proporciona, portanto, perspectivas históricas que desencadeiam a “desconstrução” de estereótipos construídos ao longo da história, geralmente ligados a suposta incapacidade e inferioridade das mulheres negras, trazendo diferentes interpretações e representações ao seu público alvo (leitores/as jovens) para a aquisição de outros valores culturais e sociais que podem referenciar suas identidades. Tais perspectivas reforçam a importância pedagógica da obra enquanto uma “tecnologia de gênero” capaz de produzir subjetividades fortes no empoderamento de mulheres negras e na luta contra o racismo e sexismo em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBY, Hazel. Mujeres blancas ¡escuchad! El feminismo negro y los limites de la hermandad femenina. In: *Feminismos negros*. Uma antologia. Traficantes de Sueños, Espanha, Montevideo, Uruguay, v. 16, 2002.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, J. (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 49-62.

FRANÇOSO, Fernanda Gomes. *Os lugares de mulheres negras em materiais didáticos de história da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017.

HALL, Stuart. *The Work of Representation*. Representation, Cultural Representations and Signifying Practices. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *A construção das mulheres ou a renovação do patriarcado*. Disponível em: <<http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/renovacao%20patriarcado.htm>>. Acesso em: 11 out. 2012.

NEPOMUCENO, B. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, set./dez. 2003.

PANTOJA, Selma. O ensino da história africana: metodologias e mitos – o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. *Revista Cerrados*, 19, 30, 2010, pp. 315-328.

ROZA, Luciano Magela. Abordagens do racismo em livros didáticos de história (2008-2011). *Educação & Realidade*, vol. 42. N. 1, 2017.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos Santos. *Somos todas Rainhas*. Coleção Histórias das Mulheres Negras. Passado, Presente e Futuro. 1ª ed. São Paulo: Associação Frida Kahlo e

Articulação Política de Juventudes Negras, 2011. Disponível em: <<http://www.afrika.org.br/publicacoes/somos-todas-rainha-led.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2017.

SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. *Cadernos Pagu* [online]. Nova Iorque, 2004, n. 23, pp. 11-54. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000200002>> Acesso em 07 dez. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

WIESER, Doris. A Rainha Njinga no diálogo sul-atlântico: gênero, raça e identidade. *Iberoamericana*, XVII, 66, 2017, p. 31-53.

## SITES

BARBOSA, Chindalena Ferreira. Coletivo Associação Frida Kahlo. Disponível em: <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/7228/>>. Acesso em: 27 maio. 2017.

BELEZAS DE KIANDA. Elas fizeram história – Para conhecer, relembrar e se orgulhar. Disponível em: <<https://belezasdekianda.wordpress.com/2012/03/09/elas-fizeram-historia/>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

COURI, Aline. O embraquecimento histórico do Egito Antigo. *in: África e sua diáspora*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/o-embraquecimento-historico-do-egito-antigo/#gs.WHJ8hr0>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

FUNDO DIREITOS HUMANOS. Articulação Política de Juventudes Negras - Fundo Brasil. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/articulacao-politica-de-juventudes-negras-sao-paulo/>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

HEBREU NEGRO. Cheikh Anta Diop derrubou o racismo científico, ao provar que o Egito antigo era uma civilização negra. *In: Africanos*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/cheikh-anta-diop-derrubou-o-racismo-cientifico-ao-provar-que-o-egito-antigo-era-uma-civilizacao-negra/#gs.GQsJNZw>> Acesso em: 2 jun. 2017.

LIMA, Mônica. A Lei N. 10.639 Na Sala De Aula. *Enfrentando Os Desafios: A História Da África E Dos Africanos No Brasil Na Nossa Sala De Aula*. Disponível em: <[http://www.forumeja.org.br/er/files/Programa%201\\_3.pdf](http://www.forumeja.org.br/er/files/Programa%201_3.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2017.

NEGALAIZE, Leila L. 08 De Março - Mulheres Negras. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/08-de-marco-mulheres-negras>>. Acesso em: 7 de junho de 2017.

OBSERVATÓRIO DE JUVENTUDES NEGRAS. Juventudes Negras do Brasil. *Trajetórias e lutas*. 2012 – 1ª edição. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11530.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

RODRIGUES, Valéria. As Cores da África - Juliana Daidone. Disponível em: <<https://julianadaidone.com.br/cores-da-africa/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

WORDPRESS. Articulação Política De Juventudes Negras. Disponível em: <<https://apjnbrasil.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 07 de junho de 2017.